DocuSign Envelope ID: 9F928283-0CBA-45FE-A132-DBDC03BDA5D3

A leitura na medida certa.

ANUNCIE:
11. 3729-6600

CONSTRUTORA AUGUSTO VELLOSO S/A - C.N.P.J/M.F. nº 60.853.934/0001-06 - Sociedade Anônima de Capital Fechado

Augusto Velloso

94 Anos

RELATÓRIO DA DIRETORIA - Exercício encerrado em 31.12.2021

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., o relatório da diretoria e as demonstrações contábeis acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, da Construtora Augusto Velloso S/A. São Paulo, 25 de fevereiro de 2022.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

ATIVO / CIRCULANTE	Notas	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	3	13.402.216,19	5.009.309,54
Contas a receber	2.9	32.851.659,62	21.971.685,14
Impostos a recuperar	2.13	5.823.444,20	4.550.964,75
Outros créditos	2.13	992.870,78	600.466,11
TOTAL DO CIRCULANTE		53.070.190,79	32.132.425,54
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber	2.9	6.054.967,97	5.872.355,37
Créditos de controladas e coligadas	5	37.746.372,07	31.859.140,57
Outros créditos	2.13	909.732,06	894.946,21
Investimentos em controladas e coligadas	6	63.869,58	43.560.862,51
Imobilizado / intangível	4	18.021.811,17	3.723.586,69
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		62.796.752,85	85.910.891,35
TOTAL DO ATIVO		115.866.943,64	118.043.316,89
PASSIVO / CIRCULANTE	Notas	2021	2020
Financiamentos	7	1.510.534,99	1.526.716,32
Fornecedores	2.14	8.025.184,23	2.049.705,20
Obrigações trabalhistas	2.17	917.442,42	516.195,96
Obrigações fiscais	2.17	1.012.478,72	763.718,89
Outras contas a pagar	2.17	-	-
TOTAL DO CIRCULANTE		11.465.640,36	4.856.336,37
NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos	7	496.157,97	1.132.457,89
Fornecedores e retenções contratuais	2.14	4.301.980,12	634.407,47
Conta corrente coligadas	5	29.292.828,15	35.667.478,61
Parcelamentos e tributos diferidos	2.17	415.845,02	65.648,73
Outras contas a pagar	2.17	159.408,54	379.386,96
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		34.666.219,80	37.879.379,66
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	8	45.000.000,00	45.000.000,00
Reserva de capital	8	3.436.072,63	3.436.072,63
Reserva de lucros	8	21.299.010,85	26.871.528,23
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		69.735.083,48	75.307.600,86
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		115.866.943,64	118.043.316,89

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	Notas	2021 Consolidado	Construtora	Incorporada Engenharia	2020 Construtora
Receitas de obras e serviços	12	105.050.326,17	81.745.307,80	23.305.018,37	81.734.303,07
(-) Impostos e contribuições sobre a receita	12	(6.739.310,54)	(4.615.440,12)	(2.123.870,42)	(5.862.795,59)
Receitas Líquidas		98.311.015,63	77.129.867,68	21.181.147,95	75.871.507,48
(-) Custo dos serviços prestados		(83.982.967,25)	(63.968.792,35)	(20.014.174,90)	(72.387.722,48)
LUCRO BRUTO		14.328.048,38	13.161.075,33	1.166.973,05	3.483.785,00
Despesas administrativas		(9.322.491,75)	(8.343.534,48)	(978.957,27)	(4.873.602,32)
Depreciação e amortização	4	(1.097.720,24)	(1.021.481,79)	(76.238,45)	(1.343.322,74)
Resultado da equivalência patrimonial / dividendos recebidos		245.322,28	245.322,28	-	4.664.319,37
Outras resultados operacionais		(10.502.879,03)	(10.143.498,86)	(359.380,17)	(5.308.266,54)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(6.349.720,36)	(6.102.117,52)	(247.602,84)	(3.377.087,23)
Receitas financeiras	12	1.571.618,01	1.562.783,49	8.834,52	2.043.106,38
Despesas financeiras	12	(43.805,57)	(33.183,35)	(10.622,22)	(2.065.555,21)
RESULTADO FINANCEIRO		1.527.812,44	1.529.600,14	1.787,70)	(22.448,83)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE OS LUCROS		(4.821.907,92)	(4.572.517,38)	(249.390,54)	(3.399.536,06)
Provisão Imposto de renda e CSLL	9	-	-	-	(214.556,77)
RESULTADO LÍQUIDOS DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		(4.821.907,92)	(4.572.517,38)	(249.390,54)	(3.614.092,83)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(4.821.907,92)	(4.572.517,38)	(249.390,54)	(3.614.092,83)
Resultado líquido do período por ação		(0,40)	(0,38)	(0,05)	(0,30)

Demonstrações do fluxo de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	2021	2020
Resultado líquido	(4.572.517,38)	(3.614.092,83)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.021.481,79	1.343.322,74
Resultado na baixa de ativos permanentes-	-	
Equivalência patrimonial	245.322,28	4.664.319,37
Decréscimo (acréscimo) em ativos:		
Clientes -	(11.062.587,08)	6.221.210,40
Estoques	-	-
Demais contas a receber/ adiantamentos/créditos	(1.679.669,97)	2.058.001,68
Acréscimo (descréscimo) em passivos: -	-	
Fornecedores e contas a pagar	9.423.073,26	(7.677.503,39)
Impostos, contribuições e encargos a recolher	1.000.202,58	(2.435.421,10)
Caixa líquida gerada pelas atividades operacionais	(5.624.694,52)	559.836,87
2) Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos		
Acréscimos/redução em controladas e coligadas	31.235.110,97	(2.612.730,28)
Aquisição de imobilizado e intangível	(15.565.028,55)	(4.726.084,88)
Caixa líquida gerada pelas atividades de investimentos	15.670.082,42	(7.338.815,16)
3) Fluxos de caixa originados de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos - captações	(652.481,25)	(1.290.056,17)
Distribuição de dividendos	(1.000.000,00)	(2.250.234,40)
Caixa líquida gerada pelas atividades de financiamentos	(1.652.481,25)	(3.540.290,57)
3)Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa	8.392.906,65	(10.319.268,86)
4) Saldos De Caixa e Equivalentes de Caixa	8.392.906,65	(10.319.268,86)
No início do exercício	5.009.309,54	15.328.578,40
No fim do exercício	13.402.216,19	5.009.309,54

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

D.M.P.L.	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE LUCROS	TOTAL
Saldo em 31/12/2019	45.000.000,0	3.436.072,63	32.735.855,46	81.171.928,09
Distribuição de dividendos	-	-	(2.250.234,40)	(2.250.234,40)
Reserva legal	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	(3.614.092,83)	(3.614.092,83)
Saldo em 31/12/2020	45.000.000,00	3.436.072,63	26.871.528,2	75.307.600,86
Distribuição de dividendos	-	-	(1.000.000,00)	(1.000.000,00)
Reserva legal	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	(4.572.517,38)	(4.572.517,38)
Saldo em dez/2021	45.000.000,00	3.436.072,63	21.299.010,85	69.735.083,48

DESCRIÇÃO	2021	2020
Caixa e bancos	2.959.059,75	4.006.633,41
Aplicações financeiras	10.443.156,44	1.002.676,13
TOTAL	13.402.216,19	5.009.309,54

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em reais): 1 – Contexto Operacional: A sociedade, com sede na Capital do Estado de São Paulo, foi constituída em 1928, estando completando assim 94 anos de atividade. Dedica-se à execução de obras e serviços por empreitada, tais como, saneamento básico, edificações habitacionais e institucionais, drenagem pluvial, urbanização, e a incorporação de imóveis. 2. Apresentação das demonstrações financeiras contábeis e principais práticas contábeis adotadas: As demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria na reunião de 25 de fevereiro de 2022. 2.1. Declaração de conformidade (com relação às práticas adotadas no Brasil) : As demonstrações contábeis da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme o Pronunciamento Teìcnico – CPC 26 (R1) - Apresentac'aÞo das Demonstrações Contaìbeis, e consideram, igualmente, a aplicac'aÞo do Oficio Circular /CVM/SNC/SEP no 02/18 sobre a aplicac'aÞo do Pronunciamento Teìcnico NBC TG 47 (IFRS 15). A Administrac'aÞo afirma que todas as informações relevantes proìprias das demonstrac'oÞes contábeis, estaÞo sendo evidenciadas, e que correspondem als utilizadas por ela na sua gestaÞo. As principais políticas adotadas na preparação destas demonstrações contábeis estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.2.3. Continuidade operacional: As normas contaìbeis requerem que ao elaborar as demonstrac'oÞes contábeis, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operac'aÞo no futuro previsiìvel. A administração, considerando o equilìlibrio observado do seu capital circulante liìquido, aleìm da expectativa de gerac'aÞo de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os proìximos 12 meses, concluiu que naÞo haì nenhuma incerteza material que possa gerar duìvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que eì adequado a utilizac'aÞo do pressuposto de continuidade operacional para a elaborac'aÞo de suas demonstrac'oÞes financeiras. 2.4. Apresentac'aÞo de informações por segmento: A Companhia entende que atua apenas no segmento de engenharia caso venha atuar em outros segmentos, essa informação será apresentada discriminando o tipo de atuação. 2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação: Conforme definição do CPC 02, estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em Reais, exceto quando indicado de outra forma. 2.6. Uso de estimativas contábeis e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis requer o uso pela administração, de estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos e passivos, a divulgação de contingências passivas, a realização de ativos e o registro de receitas e despesas dos exercícios. Como o julgamento da administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos e a projeção de ambiente de negócios futuros, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os itens sujeitos a estimativas são: determinação da vida útil de bens do imobilizado para fins de depreciação, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, entre outras. 2.7. Apuração do resultado: O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de venda de prestação de serviços é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e todos os riscos e benefícios são transferidos para o comprador. O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. 2.8. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis no prazo de 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluìdas nos equivalentes de caixa, são classificados na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". 2.9. Contas a receber: Contempla os valores relacionados com as faturas a receber e medições a faturar relativas aos serviços prestados para órgãos públicos e sociedade de economia mista, sendo constituída provisão, baseada no desempenho histórico das contas a receber de clientes, sendo o seu montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. A administração avaliou a necessidade de ajuste a valor presente de contas a receber de clientes classificados no ativo não circulante, e concluiu que esses ativos de longo prazo não são passíveis de ajustes, sendo os seus efeitos no curto prazo irrelevantes. 2.10. Imobilizado líquido: O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na nota 4, que leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens. Considerando que historicamente a sociedade não aliena seus itens de imobilizado, o valor residual dos bens é considerado como sendo zero. A vida útil-econômica dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado de seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. 2.11. Créditos com pessoas ligadas e outros créditos: A sociedade possui operações com consórcios de empresas, Sociedade por Conta de Participação, Controlas e Coligadas, conforme composição na nota explicativa nº 5. A transferência de recursos financeiros destinadas aos consórcios, deve-se pelo fato do faturamento e recebimento serem efetuados pelas consorciadas. As demais transferências de recursos financeiros devem-se à necessidade para o bom fluxo do negócio em nossa participação e influência nas tomadas de decisões nas empresas. 2.12. Avaliação do valor recuperável de ativos ("Impairment"): A sociedade avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de Impairment aplicada depende de ter havido ou naÞo um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. O valor contábil do ativo eì reduzido e o valor do prejuízo eì reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por "Impairment" diminuir e a diminuic'aÞo puder ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu apois o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificac'aÞo de creìdito do devedor), a reversaÞo da perda por "impairment" reconhecida anteriormente serai reconhecida na demonstrac'aÞo do resultado. 2.13. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo e outros direitos: Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os encargos financeiros e as variações monetárias auferidas, com base nos respectivos indexadores contratados, vigentes na data do balanço, tendo como contrapartida, o resultado do exercício. 2.14. Contas a pagar a fornecedores: Contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificados como passivo circulante se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço, os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente do seu valor justo. 2.15. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a sociedade, possuí uma obrigação legal ou constituída como o resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são reconhecidos contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável. O que ocasionaria uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da sociedade. Essas provisões são atualizadas periodicamente. 2.16. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000,00 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data da apresentação das demonstrações contábeis e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos diferidos representam os créditos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como créditos e débitos sobre diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulante. A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável. 2.17. Demais passivos circulantes e não circulantes: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações cambiais e monetárias incorridos até a data do balanço. Conforme avaliações da administração, os saldos dos demais passivos circulantes e não circulantes, não sofreram nenhum ajuste a valor presente. 2.18. Introdução de novos pronunciamentos contábeis: A Companhia naÞo identificou efeitos da adoc'aÞo das novas normas nas Demonstrações Contábeis. 3. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa estão assim apresentados nas demonstrações contábeis:

4. Movimentação do imobilizado e intangíveis:

	% Taxa depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo final
Equipamentos de informática	20%	75.795,97	112.381,91	(29.892,60)	158.285,28	
Equipamentos e acessórios	10%	197.383,10	34.997,59		(38.348,00)	194.032,69
Marcas e patentes	0 %	5.130,00				5.130,00
Moveis e utensílios	10%	11.381,93	17.277,92		(4.145,73)	24.514,12
Equipamentos Pesados	20%		30.000,00		(1.315,07)	28.684,93
Veículos	20%		723.831,91		(43.657,18)	680.174,73
Instalações	10%	123.192,84			(14.298,75)	108.894,09
Bens em consorciadas		2.858.443,96	4.453.436,44		(983.527,35)	6.328.353,05
Total dos bens		3.271.327,80	5.371.925,77		(1.115.184,68)	7.528.068,89
Software	20%	245.413,67	26.467,34		(56.983,05)	214.897,06
Software técnico	0 %	206.845,22	10.072.000,00			10.278.845,22
Total Intangível		452.258,89	10.098.467,34		(56.983,05)	10.493.742,28
Totais		3.723.586,69	15.470.393,11		(1.172.168.63)	18.021.811,17

5. Pessoas ligadas:

	2021 Contas a receber	Contas a pagar	2020 Contas a receber	Contas a pagar
Empresas				
SPE Sanebem Saneamento Ltda	618.519,71		618.519,71	
Augusto Velloso Engenharia S/A				
SCPs	2.185.124,81		1.670.752,12	
Consórcios	34.645.327,55	29.292.828,15	29.344.567,00	35.667.478,61
Outras	297.400,00		225.301,74	
Total	37.746.372,07	29.292.828,15	31.859.140,57	35.667.478,61

6. Investimentos em Empresas Controladas e Coligadas

Empresas	Participação	2021	2020
SPE Sanebem Saneamento Ltda	50,00%	63.869,58	63.869,58
Augusto Velloso Engenharia S/A	100,00%		43.496.992,93
Totais		63.869,58	43.560.862,51

7. Empréstimos e Financiamentos

Finalidade	2021	2020
Capital de giro	1.359.477,00	2.659.174,21
Ativo Imobilizado	647.255,96	
	2.006.692,96	2.659.174,21
(-) Parcela Circulante	1.510.534,99	1.526.716,32
(=) Parcela não Circulante	496.157,97	1.132.457,89

Os financiamentos de capital de giro estão garantidos por aval dos sócios. 8. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social realizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), representado por 12.000.000 (doze milhões) de ações ordinárias sem valor nominal. Dividendos: O Estatuto social determina a distribuição de dividendos mínimos, de 12% do lucro líquido do exercício. Reserva legal: É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, que neste ano de 2021 não foi constituída, devido ao prejuízo fiscal apurado no exercício. Reserva de lucro: Para Reservas de lucros são destinados os resultados a distribuir, e a fazer frente a necessidade de aumento de capital. 9. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido foram calculados, com base no resultado ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação, conforme segue:

Cálculo Imposto de Renda e Contribuição Social:	2021	2020
(=) Base de cálculo	(249.661,14)	993.013,98
(x) Aplicação das alíquotas (Imposto de renda pessoa jurídica 25% e CSLL 9%)		214.556,77
(=) Provisão para o Imposto de renda e Contribuição Social sobre o lucro.		214.566,77

10. Seguros: A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração, como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. 11. Riscos: Risco de crédito: A Sociedade não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Gestão de risco de capital: Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus quotistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital. Instrumentos financeiros derivativos: A Construtora não tem como prática fazer uso de instrumentos financeiros derivativos para proteger exposição a risco. 12. Outras informações:

a) A receita dos serviços por unidade de negócio é composta como segue:

Receitas	2021	2020
Receita de obras e serviços Construtora	81.745.307,80	81.734.303,07
Receita de obras e serviços Incorporada	23.305.018,37	81.734.303,07
Total das Receitas	105.050.326,17	81.734.303,07
(-) Deduções da Receita	(6.739.310,54)	(5.862.795,59)
Total das Receitas Líquidas	98.311.015,63	75.871.507,48
(b) EBIT/EBTDA	2021	2020
Lucro (prejuízo) operacional antes do IR/CSLL	(4.821.907,92)	(3.399.536,06)
(+) Despesas financeiras	43.805,57	2.065.555,21
(-) Receitas financeiras	(1.571.012,44)	(2.043.106,38)
EBIT	(6.349.720,36)	(3.377.087,23)
(+) Depreciação e amortização	1.097.720,24	1.343.222,74
EBITDA	(5.525.000,12)	(2.033.864,49)

13. Remuneração dos administradores e da diretoria: Durante o exercício de 2021 e 2020 os administradores da Construtora e suas controladas não receberam remuneração a título de honorários. Adicionalmente, não houve remuneração a qualquer outro título, direta ou indiretamente, durante 2021 e 2020, aos administradores da Construtora e suas controladas.

Ricardo Machado Ferreira Velloso - Diretor Presidente
Augusto Ferreira Velloso Neto - Diretor Superintendente
José Maria Augusto - Contador –CRC – 1SP 126.202/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRACÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas CONSTRUTORA AUGUSTO VELLOSO S/A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da CONSTRUTORA AUGUSTO VELLOSO S/A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos opiniões separadas sobre esses assuntos. Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia permaneceram substancialmente consistentes com as operações no ano anterior. Considerando esse contexto, nossa estratégia de auditoria e a definição dos Principais Assuntos de Auditoria mantiveram-se os mesmos do exercício anterior. Porque é um PAA. Assunto 1: Reconhecimento de receita (notas 2.16 e 3.1) A receita de venda de prestação de serviços é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e todos os riscos e benefícios são transferidos para o comprador.Essa área foi considerada foco em nossa auditoria, pois o processo de reconhecimento da receita envolve estimativas críticas da administração na determinação dos orçamentos de custos e na sua revisão. Adicionalmente, quaisquer mudanças nessas estimativas podem impactar de forma relevante a posição patrimonial e o resultado do exercício. Assunto 1: Reconhecimento de receita (notas 2.16 e 3.1) Efetuamos entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita prestações de serviços, bem como para a preparação e aprovação das estimativas de custos a incorrer e monitoramento dos custos incorridos, e o acompanhamento da entrega desses serviços e os respectivos provisionamentos das Contas a receber. Testamos os custos incorridos, em base amostral, inspecionando contratos, documentos fiscais e pagamentos feitos, assim como efetuamos visitas de inspeções de selecionadas obras. Com base em uma amostra de obras, inspecionamos os orçamentos de obra e suas respectivas aprovações e confrontamos os principais itens do orçamento com contratos firmados junto a terceiros, e confrontamos o acompanhamento dos recebimentos dos valores provisionados, comparando-os com os contratos e seus provisionamentos para verificação da sua aderência a estes.Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as estimativas utilizadas pela administração em relação a esse tema são razoáveis e estão devidamente suportadas. Testamos ainda recebimentos de contas a receber. Assunto 2: Transações com partes relacionadas (notas 3.2 e 13(c)) A Companhia tem saldos relevantes com partes relacionadas e faz parte da nossa análise como auditores a avaliação de riscos desses saldos. Assunto 2: Transações com partes relacionadas (notas 3.2 e 13(c)) Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para o acompanhamento dos saldos e suas movimentações, bem como a análise da liquidez e a avaliação das probabilidades de recebimento e o recálculo dos valores envolvidos. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e os julgamentos da administração para tratar desses saldos são consistentes com as informações divulgadas. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades atuando no segmento da Companhia no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exerc